

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A EQUIDADE RACIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SISTEMA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Eixo Temático: 2

Maitê Souza de Jesus¹,
Indhira Araujo Pilar²
Rafael Araldi Vaz³

RESUMO

Este relato apresenta uma experiência de formação continuada sobre equidade racial desenvolvida com profissionais da rede municipal de ensino de Lages/SC. As ações articularam fundamentação teórica, atividades práticas e reflexões sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 e da PNEERQ. Os encontros evidenciaram avanços na sensibilização docente, mas também resistências relacionadas ao reconhecimento do racismo no contexto escolar. Conclui-se que a formação continuada é fundamental para fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista.

Palavras-chave: Formação continuada. Equidade racial. Educação antirracista

INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores constitui um importante espaço para reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e para o fortalecimento de uma educação comprometida com a equidade racial e com a promoção de práticas antirracistas. No contexto da implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, torna-se fundamental promover ações formativas que contribuam para a construção de práticas pedagógicas capazes de reconhecer e valorizar as histórias, as culturas e os conhecimentos dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades raciais no ambiente escolar.

A Lei nº 10.639/03 representa uma importante conquista do movimento negro brasileiro e atribui à educação o compromisso ético e político de enfrentar o racismo estrutural presente na sociedade e reproduzido, muitas vezes, nas instituições escolares (Gomes, 2012). Como aponta Petronilha Gonçalves e Silva (2006), a efetivação dessa legislação exige a não apenas alterações curriculares, mas também investimentos permanentes em formação docente, possibilitando a valorização da identidade negra, a problematização das hierarquias raciais e o reconhecimento das contribuições africanas e afro-brasileiras para a constituição histórica, social e cultural do Brasil.

Nesse sentido, este relato de experiência apresenta as ações formativas desenvolvidas com profissionais da rede municipal de ensino, evidenciando as

¹ Mestranda em Educação, Universidade do Planalto Catarinense. E-mail: maite.souza@uniplaclages.edu.br

² Mestre em Educação, Professora Formadora Secretaria Municipal da Educação de Lages SMEL. Email: indhira.pilar@educacaolages.sc.gov.br

³ Doutor em História Cultural, Universidade do Planalto Catarinense. E-mail: rafaelvaz@uniplaclages.edu.br

estratégias formativas adotadas, os referenciais teóricos mobilizados e as reflexões produzidas acerca da educação antirracista. O relato busca demonstrar como a formação continuada pode contribuir para fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a implementação das políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais, favorecendo a construção de ambientes escolares mais inclusivos, democráticos e socialmente comprometidos. Justifica-se ainda pela necessidade de socializar práticas formativas que contribuam para a efetivação das políticas públicas de enfrentamento ao racismo, considerando que, mesmo após mais de duas décadas da promulgação da Lei nº 10.639/2003, sua implementação ainda ocorre de forma desigual nas redes de ensino. A sistematização dessa experiência, construída a partir do olhar das professoras formadoras, sendo uma delas pesquisadora da temática no âmbito do Mestrado em Educação, visa colaborar com o debate sobre a formação docente. Busca-se, assim, oferecer caminhos de reflexão e intervenção que possam inspirar outras iniciativas voltadas à promoção da equidade racial no contexto escolar.

METODOLOGIA

A ação formativa foi desenvolvida entre os meses de fevereiro e abril de 2026, contemplando os coordenadores pedagógicos, grupo de professores da educação infantil, professores que trabalham no contraturno escolar com oficinas pedagógicas, esportivas e culturais, componente curricular de ciências, sustentabilidade, arte, projetos pedagógicos, anos iniciais e professores de apoio da rede municipal de ensino. Os encontros foram organizados em diferentes grupos, distribuídos nos períodos matutinos e vespertinos, de modo a atender os diversos segmentos participantes.

As atividades foram estruturadas a partir de momentos de sensibilização, estudo teórico, interação entre os participantes e desenvolvimento de propostas pedagógicas. Para ambientar o momento em todos encontros, realizou-se uma leitura compartilhada com músicas que nos fizeram refletir sobre a temática racial, as músicas selecionadas foram: *Povoada*, de Sued Nunes *Ouro marrom*, de Jota.pê e *Identidade*, de Jorge Aragão, promovendo reflexões sobre pertencimento, memória, identidade racial, orgulho, amor e resistência, constituindo um ambiente propício para o diálogo e a problematização da temática.

Na sequência, foram abordados temas relacionados à Educação Integral e à Equidade Racial, contemplando aspectos como a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída pelo Ministério da Educação em 2024 como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural e redução as desigualdades educacionais (Brasil, 2024). Destacou-se que o município aderiu à política ainda em 2024 e que a formação continuada dos profissionais da educação integra uma das ações previstas em seu plano de implementação, em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Durante os encontros, foram apresentados indicadores educacionais que evidenciam as desigualdades raciais presentes no sistema educacional brasileiro, promovendo reflexões acerca dos desafios para a consolidação de uma educação comprometida com a equidade. Também foi contextualizado o percurso histórico da implementação da Lei nº 10.639/2003, ressaltando seu caráter de conquista dos movimentos sociais negros e os desafios ainda existentes para sua efetivação, especialmente no que se refere à superação do racismo estrutural, à reconfiguração curricular e à valorização das identidades negras nos espaços escolares.

As discussões enfatizaram que a educação antirracista deve estar presente de forma permanente no currículo escolar, superando ações pontuais e comemorativas. Foram debatidas estratégias para ampliar a representatividade negra nos materiais didáticos, valorizar a tradição oral, a ancestralidade e os conhecimentos historicamente invisibilizados pela perspectiva eurocêntrica predominante na educação brasileira.

Como aporte teórico, foram apresentados conceitos desenvolvidos por Sueli Carneiro (2023) acerca do dispositivo de racialidade; discutiu-se o conceito de colorismo a partir da obra *A Redenção de Cam* (1895), de Modesto Brocos; abordaram-se as diferentes manifestações do racismo e o projeto histórico de branqueamento da população brasileira; e foram introduzidas as contribuições de Carla Akotirene (2019) sobre a interseccionalidade como categoria analítica para compreender a articulação entre racismo, patriarcado e desigualdades sociais.

Buscando ampliar o repertório teórico e cultural dos participantes, também foram apresentadas produções de intelectuais negros de âmbito nacional e regional, com destaque para o professor Sebastião Ataíde, pioneiro na Serra Catarinense, autor da obra *O Negro no Planalto Serrano*, disponível nas unidades escolares da rede municipal.

Nos grupos dos Anos Iniciais, após a contextualização teórica, as professoras formadoras desse grupo de professores desenvolveram atividades práticas utilizando obras da literatura infantil afro-brasileira. Organizados em pequenos grupos, os participantes realizaram a leitura das obras e elaboraram propostas pedagógicas contextualizadas para utilização em sala de aula, incluindo adaptações voltadas aos estudantes da Educação Especial. Já nos grupos compostos por professores do contraturno, coordenadores pedagógicos e docentes das áreas de Ciências e Sustentabilidade, desenvolveu-se uma atividade diagnóstica e reflexiva sobre a forma como as questões étnico-raciais são abordadas nas unidades escolares. A partir dessa análise, os participantes identificaram diferentes níveis de comprometimento com a educação antirracista e, em seguida, elaboraram coletivamente estratégias pedagógicas voltadas à promoção da equidade racial, ao fortalecimento das identidades negras e ao enfrentamento das diferentes formas de preconceito no cotidiano escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os encontros formativos constituíram espaços de diálogo, escuta e reflexão

acerca da implementação da educação antirracista nas escolas da rede municipal de ensino. As discussões evidenciaram o interesse da maior parte dos participantes em ampliar seus conhecimentos sobre a temática e incorporar práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial. As atividades favoreceram a problematização de concepções historicamente naturalizadas e estimularam a construção coletiva de estratégias para fortalecer a Educação das Relações Étnico-Raciais no cotidiano escolar.

Entretanto, o processo formativo também revelou resistências à abordagem da temática. Ao final dos encontros, alguns docentes afirmaram não reconhecer o racismo como um problema presente na realidade escolar ou consideraram o tema pouco relevante em razão do reduzido número de estudantes negros em determinadas unidades de ensino. Essas manifestações evidenciam que o racismo também se expressa pela negação de sua existência e pela invisibilização das desigualdades raciais, mecanismos que contribuem para a manutenção do racismo estrutural. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2012) defende que a formação docente precisa romper com modelos tradicionais de ensino sustentados por perspectivas eurocêntricas, assumindo a diversidade e a equidade racial como princípios estruturantes da prática educativa.

Essa compreensão dialoga com Sueli Carneiro (2023), ao afirmar que o dispositivo de racialidade produz invisibilidades, naturaliza privilégios e legitima processos de exclusão. No contexto escolar, essa lógica manifesta-se quando a ausência de estudantes negros é utilizada como argumento para desconsiderar a necessidade de uma educação antirracista, embora a legislação brasileira estabeleça que a Educação das Relações Étnico-Raciais constitui um direito de todos os estudantes e um compromisso de toda a comunidade escolar, independentemente da composição étnico-racial de cada escola.

Durante os momentos de socialização, alguns professores ressaltaram a importância da temática ser abordada de forma aberta e sistemática nas formações continuadas, aspecto que, segundo os relatos, ainda não acontecia na rede municipal de ensino. Os encontros também possibilitaram a troca de experiências e a reflexão sobre situações de racismo vivenciadas no cotidiano escolar, evidenciando que discutir o tema ainda provoca desconfortos, silenciamentos e inseguranças entre parte dos profissionais. Essas inquietações, entretanto, reforçam a necessidade de ampliar os espaços de formação e debate, reconhecendo que o enfrentamento das desigualdades produzidas por marcadores como raça, gênero e classe é condição indispensável para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade.

Os relatos ainda revelaram que, embora os professores demonstrem interesse em incluir a diversidade étnico-racial em seus planejamentos, muitos se percebem despreparados para desenvolver ações contínuas e fundamentadas. Esse resultado reafirma a importância da formação continuada como política pública permanente, capaz de fortalecer a atuação docente, ampliar o repertório pedagógico e contribuir para a consolidação de uma educação comprometida com a valorização

da diversidade cultural brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados observados demonstram que a formação continuada constitui uma estratégia indispensável para a implementação das políticas públicas educacionais de enfrentamento ao racismo. Mais do que transmitir conhecimentos, esses espaços favorecem a problematização de concepções enraizadas, a revisão de práticas pedagógicas e o fortalecimento do compromisso docente com a construção de uma educação antirracista.

Assim, evidencia-se que a efetivação das políticas públicas depende não apenas da existência de dispositivos legais, mas de processos formativos permanentes que possibilitem aos professores compreenderem seu papel na promoção da equidade racial e na transformação das práticas escolares.

A continuidade de ações formativas dessa natureza mostra-se fundamental para consolidar processos educativos capazes de reconhecer e valorizar a diversidade presente nas escolas, contribuindo para a construção de ambientes mais democráticos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerg/legislacao>. Acesso em: 05 fev. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

Disponível em:

www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_gomes_nl_rel_etnico_raciais_educade_scolonizacaodocurriculo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Educação das relações étnico-raciais: currículo e formação de professores. In: BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/secadi-arquivos/arquivos-pdf/publicacoes/relacoes-etnico-raciais/orientacoes-e-acoes.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2026.